

Educação ambiental no contexto escolar: Uma (re) construção de saberes e práticas interculturais¹

La educación ambiental en el contexto escolar: una (re)construcción de conocimientos y prácticas interculturales

Environmental education in the school context: A (re)construction of intercultural knowledge and practices

Clarice Borba dos Santos²

Maria Lúcia Giozza Hernandez³

Resumo

Este estudo faz uma abordagem na educação ambiental dentro do contexto escolar, trata-se de uma reflexão à cerca de como os sujeitos da escola municipal Silvina Gonçalves do município de Arroio Grande, compreendem a educação ambiental e como são discutidas e trabalhadas as questões sócio ambientais na escola. Assim, é preciso reconhecer as problemáticas ambientais enfrentadas pela comunidade e discutir alternativas sustentáveis para uma melhor qualidade de vida da população. Frente a esta questão, originou-se a pesquisa fundamentada teoricamente na perspectiva materialista histórica dialética, a fim de compreender historicamente a relação homem e natureza e sua interação e vivências com o meio. Neste sentido, espera-se que, a escola, enquanto espaço democrático e acolhedor, seja capaz de discutir com os sujeitos, as questões sócio ambientais com o intuito de reconstruir saberes, de forma interdisciplinar, reconhecendo práticas interculturais e conscientizando-os da necessidade de preservar o meio ambiente de maneira sustentável para a preservação da vida.

Palavras-chave: educação ambiental; contexto escolar; saberes

Resumen

Este estudio aborda la educación ambiental en el contexto escolar, es una reflexión sobre cómo los sujetos de la escuela municipal Silvina Gonçalves del municipio de Arroio Grande entienden la educación ambiental y cómo se discuten y trabajan las cuestiones socioambientales en la escuela. Por lo tanto, es necesario reconocer los problemas ambientales que enfrenta la comunidad y discutir alternativas sustentables para una mejor calidad de vida de la población. Frente a esta problemática, la investigación se basó teóricamente en la perspectiva materialista histórica dialéctica, con el fin de comprender históricamente la relación entre el hombre y la naturaleza y su interacción y experiencias con el medio ambiente. En este sentido, se espera que la escuela, como espacio democrático y acogedor, pueda discutir cuestiones socioambientales con los sujetos con el objetivo de reconstruir conocimientos, de manera interdisciplinaria, reconociendo prácticas interculturales y concientizándolos sobre las necesidades de preservar el medio ambiente de forma sostenible para preservar la vida.

Palabras clave: educación ambiental; contexto escolar; conocimiento

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Mestra em educação, Unipampa, Jaguarão, RS, Brasil, claricebss@gmail.com

³ Mestra em educação, Unipampa, Jaguarão, RS, Brasil, giozza2019@gmail.com

Abstract

This study takes an approach to environmental education within the school context, it is a reflection on how the subjects of the Silvina Gonçalves municipal school in the municipality of Arroio Grande understand environmental education and how socio-environmental issues are discussed and worked on. at school. Therefore, it is necessary to recognize the environmental problems faced by the community and discuss sustainable alternatives for a better quality of life for the population. Faced with this issue, research was based theoretically on the dialectical historical materialist perspective, in order to historically understand the relationship between man and nature and their interaction and experiences with the environment. In this sense, it is expected that the school, as a democratic and welcoming space, will be able to discuss socio-environmental issues with subjects with the aim of reconstructing knowledge, in an interdisciplinary way, recognizing intercultural practices and making them aware of the need for preserve the environment in a sustainable way to preserve life.

Keywords: environmental education; school context; knowledge

1.Introdução

Considerando ser a natureza uma fonte de vida e sobrevivência para todos seres vivos no planeta Terra e a importância da biodiversidade para o ser humano e sua subsistência, faz-se necessário refletir e discutir sobre a educação ambiental no contexto escolar. Como os educadores compreendem a educação ambiental e como é trabalhada na escola municipal Silvina Gonçalves da cidade de Arroio Grande, onde a principal atividade econômica do município é o agronegócio, com grandes áreas cultivadas com soja e reflorestamento de acácia e eucalipto.

Nesse contexto é importante ressaltar que muito se fala em desenvolvimento sustentável, em sustentabilidade, por parte das empresas multinacionais de reflorestamento com projetos de áreas verdes nas escolas. Entretanto, não observa-se uma perspectiva sustentável acerca das práticas educativas curriculares e interdisciplinares. Assim, é preciso repensar a educação ambiental de forma popular, onde a comunidade escolar possa perceber a sua relação com o meio ambiente e, discutir alternativas a partir da sua realidade, de suas vivências, necessidades e anseios, tendo perspectivas sustentáveis para melhorar a qualidade de vida, de uma forma mais humanizadora.

Sob este aspecto, destaca-se questionamentos: Como a educação ambiental é compreendida pelos sujeitos da escola Silvina Gonçalves no município de Arroio Grande? A forma como os sujeitos compreendem a educação ambiental influencia no modo de vida da comunidade? A educação ambiental contribui para uma melhor qualidade de vida da população? Com uma educação ambiental de forma interdisciplinar é possível pensar

alternativas sustentáveis de desenvolvimento econômico? As questões sócio ambientais devem ser discutidas com a participação da comunidade como maneiras de defesa e luta pela vida.

Assim, é preciso, reconhecer a importância da educação ambiental de forma interdisciplinar para a comunidade da escola Silvina Gonçalves, como também, identificar as degradações ambientais da comunidade; Discutir as problemáticas ambientais com os sujeitos da escola; Analisar as questões ambientais da comunidade e reorganizar práticas educativas sustentáveis interdisciplinares

2. Metodologia

Esta pesquisa tem como fundamentação teórica, a perspectiva materialista histórica dialética, buscando compreender historicamente a relação do homem com a natureza e sua percepção quanto as questões ambientais que vivencia, em contradição a existência de classes sociais determinada por um sistema capitalista. “No método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.” (MARX, 2011, p. 78-79), na perspectiva marxista, o movimento do fenômeno é demarcado pelas contradições da vida social da humanidade, processo exploratório de recursos naturais, desigualdades.

O materialismo dialético permite expor os processos que envolve a educação e sua dimensão na sociedade, interligada as contradições inseridas neste contexto, como aponta Gamboa(2012):

Todo fenômeno deve ser entendido como parte de um processo histórico maior. No caso da educação, suas transformações estão relacionadas com as transformações culturais e sociais. Sua dinâmica depende das mudanças sociais. Essas mudanças são qualitativas e quantitativas, à medida que se acumulam forças e tensões que produzem transformações radicais e estruturais (metamorfoses). (GAMBOA, 2012, p. 128)

Segundo Gamboa(2012), a interação da pesquisa com o meio social possibilita uma perspectiva transformadora. Assim, é preciso observar a realidade acerca de um processo histórico, analisando a totalidade e suas conexões com as partes, como destaca o pensamento de Karl Marx (2011):“a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas”.

E nesse contexto, será utilizado como fundamentação teórico metodológica, a pesquisa-ação que se aproxima da dialética marxista no sentido de preconizar os princípios da transformação a partir da percepção dos sujeitos e suas relações com o meio social. Assim, Thiollent(2011) explicita:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20).

Segundo Thiollent(2011), a pesquisa pressupõe a ideia de uma ação, onde pesquisa a realidade para haver uma ação transformadora. Deste modo, o objeto de investigação, constitui-se pela situação social e pelos problemas nela imersos. Neste enfoque, aborda-se a educação ambiental popular no âmbito escolar de maneira a pensar e discutir os problemas ambientais locais. Partindo da compreensão do meio ambiente quanto a relação homem/natureza para um desenvolvimento na perspectiva sustentável. Entretanto, é preciso sensibilizar os sujeitos para que reflitam a fim de construir uma postura crítica e participativa em torno das questões ambientais, considerando que suas ações contribuirão para qualidade de vida no ecossistema.

2.1A relação homem e natureza e o desenvolvimento econômico na sociedade capitalista

Desde o início da humanidade, a relação homem natureza faz parte de um processo histórico e evolutivo de interação e sobrevivência. Com o surgimento da agricultura essa relação passou por transformações, havendo novas formas de uso da terra e, conseqüentemente um novo olhar sobre a natureza a fim de explorar os recursos naturais como uma atividade econômica produtiva e que gerasse renda financeira, provocando uma mudança abrupta em todos ecossistemas.

A economia capitalista alicerçada nos meios de produção e na força de trabalho, transformou a relação homem natureza, onde antes era de subsistência, tornara-se uma fonte de enriquecer a classe dominante da sociedade. Para Marx (2004):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de

suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2004b, p. 211).

Segundo Marx(2004), o homem foi se modificando e modificando ao mesmo tempo com sua força de trabalho a natureza, por meios de processos exploratório de matéria-prima para atender a demanda do modo de produção, baseado no consumo exagerado de produtos industrializados, foram marcos significativos de mudanças econômicas, sociais e ambientais determinantes pelo sistema produtivo da sociedade capitalista.

O crescimento econômico por meio dos avanços tecnológicos na agricultura, é um dos fatores que desencadeou mudanças substanciais na vida e sobrevivência de todas as espécies no planeta Terra. Um desenvolvimento que acelerou o processo de esgotamento e destruição da biodiversidade. Assim, Marx (2004), destaca que:

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país [...], mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2004b, p. 570-571).

Para Marx(2004), o desenvolvimento econômico desenfreado, traz avanços e retrocessos ao meio ambiente e à população, de modo que muito se fala em desenvolvimento sustentável, sendo a discussão com relação as questões ambientais, pauta constante em diferentes discursos de setores políticos, econômicos e sociais.

Tendo em vista que, segundo a ONU, atualmente cerca de 795 milhões de pessoas passam fome no mundo (UN, 2017a), 40% da população mundial é afetada pela escassez crescente de água (UN, 2017b) e as mudanças climáticas, causadas pelo homem, avançam ameaçando a vida em todo o planeta (UN, 2017c).

Neste sentido, é preciso destacar que, em um país onde as populações mais necessitadas não têm acesso a alimentação, vestuário, habitação, emprego, educação, não existe um desenvolvimento sustentável.

Sob este aspecto, há uma visão que o desenvolvimento sustentável é um meio importante para solucionar os problemas enfrentados pela humanidade, possibilitando um equilíbrio de preservação dos recursos naturais e o sistema econômico social. É, entretanto, um conceito ainda em construção (BOFF, 2012).

Visto que, desenvolvimento sustentável implica a relação do homem com a natureza, sendo necessário repensar o modelo predatório e consumista, exigindo além de políticas públicas, mudanças no modo de vida das pessoas. Para Loureiro (2012), o conceito de sustentabilidade é instigante, complexo e desafiador, pois abre múltiplas possibilidades de desdobramento do termo, assim como possibilita um leque de relações, onde o homem precisa interagir com o meio ambiente com uma nova perspectiva de sociedade, diferente do sistema capitalista, de geração de lucro e consumo. Neste contexto, Leff(2010), afirma que:

a sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica. (LEFF, 2010, p. 31).

Segundo Leff (2010), é preciso apropriar-se do termo sustentabilidade como um modo de extinguir a exploração da natureza e repensar a relação com o meio socioambiental. Contudo, a questão sustentabilidade discorre sobre as esferas ambientais, econômicas e políticas.

E, diante desse cenário de crise ambiental, é necessário refletir e perceber a complexidade do mundo e realidade que se vive frente a tantos problemas e danos à natureza a fim de melhorar a qualidade de vida no planeta. Assim, surgem as políticas públicas de educação ambiental.

2.2 (Re)pensando a educação ambiental como um novo paradigma

A sociedade capitalista sempre foi excludente, afastando a classe popular de exercer sua cidadania, onde esta se constituiu força de trabalho para atender aos interesses da classe dominante, sendo a lucratividade uma ameaça ao meio ambiente.

Atualmente, a população mundial atravessa uma enorme crise ambiental que afeta todos seus ecossistemas e, detendo-se ao Brasil, observou-se durante muito tempo, no governo Bolsonaro, a negligência e a negação por parte do poder público em manter políticas públicas

de preservação à biodiversidade. Assim, percebe-se a importância da educação ambiental como aponta Dias (1992):

a educação ambiental é considerada um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 1992, p. 92).

Segundo Dias(1992), a educação ambiental tem o propósito de sensibilizar, conscientizar e oportunizar as classes populares, as quais sofrem os maiores impactos na sociedade, construir conhecimentos referentes às questões ambientais para que possam reivindicar seus direitos e contribuam individual ou coletivamente para uma sociedade sustentável.

Também, na Constituição Brasileira, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Art. 1º “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. Então, a educação ambiental, tem a finalidade de tratar das questões ambientais e à relação dos indivíduos com a sociedade hoje e para as próximas gerações.

Desta forma, a educação Ambiental irá contribuir para o processo de transformação da sociedade atual em uma sociedade sustentável, onde os indivíduos sejam capazes de respeitar a natureza como um bem comum, levando em consideração a capacidade de regeneração dos recursos materiais, promovendo a distribuição equitativa da riqueza gerada e favorecendo condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras (SADER, 1992). Também é importante citar, Reigota (1994):

"O meio ambiente latino-americano exige que a educação ambiental enfrente o desafio da mudança de mentalidade sobre as ideias de modelo de desenvolvimento baseado na acumulação econômica, no autoritarismo político, no saque aos recursos naturais, no desprezo, às culturas de grupos minoritários e aos direitos fundamentais do homem"(REIGOTA, 1994).

Reigota(1995), expressa que a educação ambiental enquanto política pública, deverá atuar na formação de cidadãos transformando o paradigma que, para haver desenvolvimento

econômico, é preciso explorar os recursos naturais, desrespeitando às culturas das comunidades ali existentes, sejam elas ribeirinhas, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e outros.

3.Resultados

Compreendendo a educação ambiental como uma forma de respeito a interculturalidade e a natureza, sendo a natureza, um bem de uso comum do povo, torna-se necessário a sensibilização dos sujeitos para dialogarem e unirem esforços reivindicando políticas públicas para a conservação do meio ambiente. Assim, lembra-se Freire e a educação popular, Freire (1993, pg. 19), nos diz que “entendo a educação popular como esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica”.

Relacionando o conceito de educação popular de Freire à educação ambiental, percebe-se a importância do protagonismo dos sujeitos, sendo atuantes na comunidade e participando com diálogos coletivos, discutindo as problemáticas ambientais e adquirindo perspectivas sustentáveis.

Entretanto, mudar essa visão da sociedade acerca de um desenvolvimento econômico sustentável criado pelo sistema capitalista, é um processo desgastante e difícil. Freire(1993) dizia que a Educação Popular, numa sociedade de classe, é como nadar contra tudo. Já em outra fala, Freire, dá esperanças, em que diz, que apesar de árduo, é viável e necessário (FREIRE,1991). Neste aspecto, convém salientar a importância da participação das camadas excluídas para esse projeto de sociedade sustentável.

No Brasil, existe uma lei ambiental que não é efetivada de forma completa e assim, exclui a classe popular, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Art. 2º “A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

Contradizendo esta lei, observa-se vários problemas ocasionados pela ausência de cuidados ambientais, como pode-se constatar o uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras comprometendo a biodiversidade local e a saúde da população com alimentos e água contaminados, além de intoxicação a trabalhadores e comunidades próximas.

Neste ponto, ressalta-se a necessidade de uma educação ambiental popular, onde a parcela mais necessitada da população seja parte integrante desse processo de transformação, sensibilizando-se e conscientizando-se de que é preciso mudar sua relação com a natureza, tendo uma perspectiva sustentável e lutando pelas questões ambientais no intuito de ter vez e voz para argumentar e lutar por políticas públicas, e que estas, realmente sejam cumpridas.

3.1 Educação ambiental na prática educativa e os saberes interculturais

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo no ano de 1972, tornou-se um marco para as questões ambientais mundiais, sendo discutida a importância e a necessidade de sensibilizar a população em relação aos problemas do meio ambiente, onde foi tratado um novo conceito de educação ambiental multidisciplinar e informal, incluindo nesse contexto a relação do homem com a natureza e o meio que está inserido.

No ano de 1977, na Geórgia, a ONU realizou a I Conferência Intergovernamental sobre Educação para o Meio Ambiente, onde foi discutido que a educação ambiental está interligada e deverá ser repensada envolvendo aspectos políticos, sociais econômicos, científicos, éticos, culturais e ecológicos.

Assim, percebe-se a preocupação em tratar a educação ambiental nas escolas de forma interdisciplinar, estruturando as vivências nas diversas disciplinas com uma visão globalizada do meio ambiente, proporcionando um vínculo entre as práticas educativas e a realidade em torno das problemáticas ambientais da comunidade. Deste modo, os novos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, PCNs, 1997) explicitam que:

A vida cresceu e se desenvolveu na Terra como uma trama, uma grande rede de seres interligados, interdependentes. Essa rede entrelaça de modo intenso e envolve conjuntos de seres vivos e elementos físicos. Para cada ser vivo que habita o planeta existe um espaço ao seu redor com todos os outros elementos e seres vivos que com ele interagem, através de relações de troca de energia: esse conjunto de elementos, seres e relações constitui o seu meio ambiente. Explicado dessa forma, pode parecer que, ao se tratar de meio ambiente, se está falando somente de aspectos físicos e biológicos. Ao contrário, o ser humano faz parte do meio ambiente e as relações que são estabelecidas — relações sociais, econômicas e culturais — também fazem parte desse meio e, portanto, são objetos da área ambiental. Ao longo da história, o homem transformou-se pela modificação do meio ambiente, criou cultura, estabeleceu relações econômicas, modos de comunicação com a natureza e com os outros.
(BRASIL, PCNs, 1997)

Segundo os PCNs(1997), à medida que a população aumenta, crescem os problemas ambientais e, no interesse de uma maior exploração dos recursos naturais com tecnologias mais avançadas, aumentam as disputas por espaços na natureza. Com a mecanização na agricultura e o uso intensivo e demasiado de agrotóxicos, como também um aumento populacional urbano sem infraestrutura, encontram-se os fatores determinantes nas problemáticas ambientais. Como destacam os PCNs(1997):

...onde moravam algumas famílias, consumindo alguma água e produzindo poucos detritos, agora moram milhões de famílias, exigindo imensos mananciais e gerando milhares de toneladas de lixo por dia. Essas diferenças são determinantes para a degradação do meio onde se insere o homem (...) Algumas das consequências indesejáveis desse tipo de ação antrópica são, por exemplo, o esgotamento do solo, a contaminação da água e a crescente violência nos centros urbanos. (BRASIL, PCNs, 1997).

De acordo com os PCNs(1997), é necessário (re)pensar as relações socioeconômicas e ambientais para viabilizar ações que propiciem um desenvolvimento coerente e equilibrado com a natureza para uma melhor qualidade de vida.

4. Conclusão

Visto que, as questões ambientais envolvem todo um contexto do homem e suas relações com o meio, é preciso (re)construir as práticas educativas além dos livros didáticos, aproveitando as situações cotidianas e contextualizando à realidade aos conteúdos curriculares, explorando a cultura, a história e valorizando as vivências dos sujeitos, como também, pontuando as degradações ambientais da comunidade.

Os novos Parâmetros Curriculares Nacionais explicitam a ideia de que “fome, miséria, injustiça social, e baixa qualidade de vida da população, são fatores relacionados com o modelo de desenvolvimento adotado” (Brasil, 1997). Assim, torna-se importante tratar as questões de qualidade de vida, sob o olhar ambiental, enfatizando a relação do homem com a natureza e suas consequências.

A escola, enquanto espaço de formação humana, deve sensibilizar os sujeitos através de princípios da ética, dignidade, da responsabilidade, da participação, da solidariedade e da equidade.

A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1992, classifica o ensino como "fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em

consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão” (Rio de Janeiro, 1992).

Deste modo, é preciso haver comprometimento individual e coletivo. Além disso, é preciso pensar em educação ambiental como a interação da sociedade com o meio em torno das problemáticas que a população enfrenta. Para Freire(1997), somente no coletivo haverá transformações e, é pela educação que se constrói esse caminho:

[...] uma educação só é verdadeiramente humanista se, ao invés de reforçar os mitos com os quais se pretende manter o homem desumanizado, esforça-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade. Se, ao contrário, a educação enfatiza os mitos e desemboca no caminho da adaptação do homem à realidade, não pode esconder seu caráter desumanizador (FREIRE, 1997, p.13).

Freire(1997), não fala somente da educação formal, como também da educação que se manifesta além dos espaços escolares, por meio do cotidiano das pessoas, da cultura dos povos, através de suas falas e de suas vivências.

Uma educação que liberta o sujeito e com ele toda a sociedade Neste sentido, a educação ambiental popular constitui-se num instrumento que direciona os docentes a pensar, discutir, problematizar e (re)construir suas práticas através de saberes interculturais em um processo de diálogo e participação coletiva, de superação e luta pela defesa da vida.

Entretanto, é preciso destacar o momento em que viveu a população mundial, enfrentando uma pandemia pelo Coronavírus(COVID 19), e que nesse contexto estava o povo brasileiro, à mercê de um governante negacionista das vacinas e todos cuidados de saúde pública, além de desrespeitar a constituição brasileira em diversos itens, transformou o território em um cenário de crimes ambientais: poluição das águas por derrame de óleo nos oceanos; derrubada de matas e queimadas na Amazônia, destruindo a fauna e a flora da região; a liberação de agrotóxicos que causam o esgotamento do solo e contaminação das águas; como também o grande desmonte da educação.

Então, a escola enquanto espaço democrático de diálogo e aprendizagem, tem que pensar e discutir as questões ambientais com a participação da comunidade como uma forma de resistência. (Re)existir em tempos de tantos retrocessos, é sonhar com uma educação que humanize para um mundo melhor, como expressa o pensamento de Martin Luther King.

‘Se soubesse que o mundo se desintegraria amanhã, ainda assim plantaria a minha macieira. O que me assusta não é a violência de poucos, mas a omissão de muitos. Temos aprendido a voar como pássaros, a nadar como os peixes, mas não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos’ – Martin Luther King

Referências

BRASIL Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=50EE32BD99AF52EB7D5DB8E7E03AE765.node1?codteor=634068&filename=LegislacaoCitada+-PL Acesso: 25 de maio de 2022.

BRASIL Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 25 de maio de 2022.

BRASIL, **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:** Agenda 21. (1997) São Paulo, SP: Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

BRASIL. (1997) Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo, Gaia, 1992

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Paulo. **Teoria e prática em educação popular.** 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993

_____. Paulo. **Papel da educação na humanização.** FEAABA, nº 7, p.7–18, Salvador, 1997.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** 2ºed. Chapecó: Argos, 2012

LEFF, E. **Discursos sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010

LOUREIRO, C. F. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012.

LUTHER KING, Martin. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjM5NjU/> Acesso em 26 de maio de 2022.

MARX, Karl; **O Capital**, Vol. 1/1. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

MARX, K. Grundisse. **Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política.** eBook Kindle. São Paulo:Boitempo, 2011.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** Cortez, São Paulo, 1994.

SADER, E. **A ecologia será política ou não será.** In: GOLDENBERG, M. org. **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico.** Rio de Janeiro, Revan, 1992, p. 135-42.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011

<https://www.redalyc.org/journal/752/75261084003/html/> Acesso em: 19 de maio de 2022.